

USO MULTIFUNCIONAL E NÍVEIS DE ANÁLISE: INTERFACE GRAMÁTICA E DISCURSO

Roberto Gomes CAMACHO¹

Eduardo PENHAVEL²

▣ **RESUMO:** O conectivo aditivo é empregado não só para estabelecer conjunção de conteúdos, exercendo a função ideacional, representada pela camada da predicação, mas também para estabelecer a conjunção epistêmica e a ilocucionária, perfazendo a função interpessoal, que se acham representadas respectivamente nas camadas da proposição e da frase no modelo de Gramática Funcional (DIK, 1989, 1997). Além do nível intra-oracional, o conectivo atua também no nível textual-interativo. A proposta deste trabalho é demonstrar, por um lado, que o quadro teórico da GF explica satisfatoriamente esse princípio de multifuncionalidade detectado no uso e justificar, por outro, a necessidade de expansão de gramáticas sentenciais, incluindo a GF, para gramáticas do discurso.

▣ **PALAVRAS-CHAVE:** Coordenação; conectivo aditivo; função ideacional; função interpessoal; gramática funcional.

Considerações iniciais

O conectivo e assume diferentes valores que vão desde a interpretação funcional-veritativa de um típico operador lógico até uma interpretação textual-

¹ Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas-UNESP, 15054-000 – São José do Rio Preto-SP, Brasil. E-mail: camacho@ell.ibilce.unesp.br.

² Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas-UNESP, 15054-000 – São José do Rio Preto-SP, Brasil. E-mail: eduardopenhavel@yahoo.com.br.

interativa de um típico marcador discursivo. Defendendo a idéia de que o relator aditivo é ambíguo nos usos que se fazem nos domínios referencial, epistêmico e ilocucionário, Sweetser (1991) argumenta ser muito frágil a análise simples de conjunções como operadores lógicos. Além da necessidade de receber uma análise léxico-semântica mais complexa, deve-se analisar a contribuição desse conectivo para a semântica da sentença no contexto de um estatuto multifuncional do enunciado. E, com efeito, o conectivo aditivo, assim como outros conectivos, não liga apenas dois estados de coisas, situando o falante no exercício da função representacional da linguagem, mas liga também estados de coisas e proposições, por um lado, e estados de coisas e atos de fala, por outro, situando o falante no exercício da função interpessoal da linguagem nos termos de Halliday (1970).

Esse princípio multifuncional está de acordo com outros autores que tratam da articulação de orações, como Matthiessen e Thompson (1988). Para eles, as relações semânticas diversas estabelecidas na combinação de orações permeiam o texto todo, independentemente do nível estrutural de organização envolvido.

Ultrapassando o nível intra-oracional, o conectivo atua na articulação de unidades discursivas, funcionando no nível estruturalmente mais alto da organização textual-interativa. Trata-se dos casos em que o conectivo aditivo passa de relator coordenador (DIK, 1997) a conector, ou marcador discursivo, ao desempenhar papel fundamental na estruturação do texto em termos globais, tanto no nível representacional quanto no nível interpessoal. Embora haja forte indício de que as noções de significado mínimo e de ambigüidade pragmática persistam no funcionamento do conectivo aditivo no nível textual-interativo, o presente trabalho visa, entre outros aspectos, a discutir a atuação do conectivo como relator e como marcador discursivo em direção a uma gramática do discurso.

É possível demonstrar que essa multifuncionalidade, não restrita ao conectivo aditivo, ajusta-se perfeitamente a modelos teóricos que vêem como interdependentes os subsistemas gramatical, semântico e pragmático, como a Teoria da Gramática Funcional (doravante GF) de Dik (1989, 1997). O modo como Dik concebe a relação entre os diferentes níveis de análise possibilita aproximar produtivamente sua teoria do enfoque funcional-cognitivo de Sweetser (1991). É cara aos modelos funcionalistas a necessidade teórica de tratar de aspectos formais da linguagem, mas não vistos como constituindo um sistema independente, que basta a si próprio, mas diretamente vinculado aos fatores mais característicos do discurso, da língua em uso no contexto social, justamente o aspecto da linguagem considerado, pelas teorias formais, como caótico, assistemático e desordenado.

Para demonstrar que o quadro teórico da GF abriga satisfatoriamente o princípio da multifuncionalidade, detectado no discurso, prevê-se o desenvolvimento do seguinte roteiro: a seção 1 é uma breve reflexão sobre o recorte epistemológico que isolou o sistema lingüístico de seu uso; a seção 2 apresenta a Teoria da Gramática Funcional, como uma das tentativas de superação desse idealismo fundador, tratando-se especificamente do modelo de representação em camadas postulado por Dik (1989); a seção 3 enfatiza movimentos recentes na GF que reafirmam a necessidade de expansão do modelo em direção de uma Gramática Funcional do Discurso (GFD), que permita englobar a dimensão textual-interativa; a seção 4 é uma tentativa de comprovar essa necessidade de expansão com a apresentação de casos que mostram a atuação do conectivo aditivo na conjunção de orações (cf. CAMACHO, 1999) e na conjunção de unidades textuais e discursivas (cf. PENHAVEL, 2002) em dados do português falado³.

O objeto da lingüística: idealização e categoricidade

Um princípio amplamente reconhecido desde a fundação da lingüística moderna é o de que a linguagem é um conjunto tão complexo de fenômenos que "[...] se estudarmos sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Lingüística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si." (SAUSSURE, 1977, p.16). Foi por isso mesmo que Saussure cunhou a dicotomia fundamental *língua* e *fala*, buscando assim estabelecer um princípio mínimo de homogeneidade e organização que permitisse criar um objeto de estudos bem delimitado e absolutamente independente de outras esferas não-lingüísticas.

Um dos paradigmas mais bem sucedidos no século XX, foi o Estruturalismo, desenvolvido a partir das idéias de Saussure, tais como aparecem na edição original de 1916. O estruturalismo adotou uma versão muito forte do 'axioma da categoricidade', segundo o qual os dados de base para a análise lingüística deveriam ser regularizados de modo a eliminar a variabilidade de fato existente na linguagem (CHAMBERS, 1996). Uma das premissas que dão suporte a esse axioma é que seria necessário abstrair a linguagem da variação do mundo real para torná-la coerente e controlável e o melhor caminho para isso é, segundo Joos (1957), aproximar a lingüística da matemática, para a qual a inconsistência é, por definição, impossível. Assim, para ele, a lingüística se identificaria com

³ O corpus é constituído por inquéritos do Projeto NURC que constituem o Corpus Mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado e por Narrativas de Experiência Pessoal – Corpus de São José do Rio Preto.

um sentido extremo de uma mecânica quântica, que exclui toda a possibilidade de gradação infinitesimal em proveito de unidades unicamente discretas e descontínuas.

A posição de Chomsky (1975), que, desde o início, revolucionou em vários aspectos a teoria da linguagem, mantém a concepção saussureana no que se refere à redução dos fenômenos a um modelo formal de desempenho, então denominado *competência*. Dada a variabilidade inerente da linguagem humana, a única possibilidade viável de estudar a competência seria isolá-la do desempenho para garantir distância segura entre o objeto de estudo e seu contexto social.

Chomsky (1975, p.83) concorda explicitamente com Saussure (1977), ao afirmar que a idealização do objeto coincide com a "[...] posição dos fundadores da moderna lingüística geral e nenhuma razão convincente foi alguma vez proposta para a modificar." A equivalência entre língua e gramática, pressupondo o princípio de que o objeto de estudos se confina com princípios gerais de organização das partes de um sistema lingüístico sem qualquer relação com o meio ou o contexto de uso, é outra concordância entre o estruturalismo e o gerativismo.

A partir dos anos 60, entretanto, novas tendências da lingüística contemporânea vêm tentando resgatar justamente o que era um obstáculo para Saussure (1977), ou seja, a heterogeneidade como princípio constitutivo da linguagem, questionando-se a submissão da teoria da linguagem ao princípio do descontínuo, como uma necessidade epistemológica de criar um objeto homogêneo de estudos. Os novos valores que se alevantam procuram aproximar o homem da linguagem, investindo num sujeito ao mesmo tempo social e étnico, pragmático e ideológico, retórico e argumentativo, isto é, um ser humano investido de múltiplos papéis sócio-interacionais e ideológicos que se refletem necessariamente na organização dos sistemas lingüísticos.

No âmbito em que atuam, as tendências não formalistas, como o Funcionalismo, a Sociolingüística, a Análise do Discurso, a Análise da Conversação estão unidas no mesmo desejo de superar a parcialidade imposta ao objeto de estudo em razão de sua idealização, substituindo a noção de sistema fechado de relações internas pelo tratamento do discurso, isto é, do uso efetivo da língua em situações reais de comunicação.

Sempre se reconheceu a necessidade de dar à lingüística um lugar autônomo em relação às outras disciplinas científicas, emergentes como ela no início do século XX; apesar disso, a conseqüência mais evidente do recorte metodológico entre sistema e uso foi a abertura de espaços para a constante renovação do objeto de estudos em direção ao discurso, como uma espécie de

presença obstinada do excluído (MAINGUENEAU, 1990); desse modo, a lingüística moderna defronta-se, ainda hoje, com os excessos da linguagem que teimosamente transbordam dos limites impostos pelo axioma da categoricidade.

A GF, da escola funcionalista holandesa que tem em Simon Dik (1989, 1997) seu principal mentor, faz parte desse esforço por expansão e de estabelecimento da interface sempre desejável entre a configuração formal, sintática, da linguagem e os subsistemas semântico e pragmático, uma vez que enfoca não só as regras que governam a constituição das expressões lingüísticas, isto é, a linguagem de um ponto de vista ideacional ou representacional, mas também, e sobretudo, as que governam os padrões de interação verbal nos quais essas expressões são usadas, ou melhor, a linguagem de um ponto de vista interpessoal.

A proposta de representação em camadas: a relação gramática e discurso no nível sentencial

De que modo a organização da gramática, nos termos da GF, reflete a interação entre as regras de organização das expressões lingüísticas e as regras que regem a interação verbal? Na concepção da GF, o último nível de representação, a oração ou ato de fala, é visto como uma rede intrincada de relações semânticas, sintáticas e pragmáticas. A arquitetura fundamental de uma GF envolve uma representação subjacente (doravante RS) que encontra suas raízes na semântica ou, mais especificamente, na descrição lexical dos predicados que formam o esqueleto dessa representação. A RS deve conter, portanto, a informação da qual as regras de expressão necessitam para convertê-la num ato de fala (MACKENZIE, 2000).

Constrói-se a RS de cada oração em torno de um esquema de predicado selecionado do léxico, que é verbal, nominal ou adjetival. Esse esquema contém não somente o predicado, mas também suas posições argumentais, que são ocupadas por termos; estes, por sua vez, constituem representações de expressões referenciais que podem, eles próprios, conter outro predicado e seus argumentos. Cada argumento exerce uma função semântica, que indica o papel que o termo exerce em relação ao predicado. Na RS completamente especificada de cada oração, adicionam-se ainda informações sobre as funções sintáticas (Sujeito, Objeto) e as funções pragmáticas (Tópico, Foco).

A RS pode também conter informação modificadora, que pode ser expressa gramaticalmente por meio de operadores (simbolizados por Π) e lexicalmente por meio de satélites (simbolizados por σ), que exercem funções semânticas adicionais. A RS é inerentemente não-ordenada, ainda que, para fins de

exposição, as representações da GF lhe atribuem uma ordem convencional. As regras de expressão não adicionam informação alguma à RS, mas tomam-na como *input* para dispor os vários elementos que a constituem na ordem correta de expressão, assegurando, simultaneamente, que cada um apareça na forma apropriada.

Modificador gramatical	Camada	Modificador lexical
Π_4 (ex. ilocução)	→ Oração (E_i)	← σ_4 (ex: <i>francamente</i>)
Π_3 (ex: modalidade)	→ Proposição (X_i)	← σ_3 (ex: <i>provavelmente</i>)
Π_2 (ex: tempo)	→ Predicação (e_i)	← σ_2 (ex: <i>cedo</i>)
Π_1 (ex: aspecto)	→ Predicado (f_i) + Argumentos ($x_1 \dots x_k$)	← σ_1 (ex: <i>cuidadosamente</i>)

Figura 1 – Organização em camadas da GF (adaptado de MACKENZIE, 2000, p.25)

Conforme se vê na Figura 1, a propriedade mais saliente da RS é que ela é disposta em camadas; considera-se, assim, que a configuração de uma oração, como (1), que representa um ato de fala, contém quatro camadas de análise, e cada uma está completamente contida na imediatamente superior. Cada camada pode ser modificada tanto por operadores quanto por satélites, conforme se vê em (2), que é uma representação formal simplificada da oração mencionada.

(1) *Provavelmente ele deve estar chegando logo.*

(2) DECL E_i [PROV X_i [PRES e_i [PROG f_i : chegar_v (ele)_{AgSu/Tbp}] (logo)_{tempo}] (provável (e_i)_{Aval}]

4 ... 3 ... 2 ... 1 ... , ... 2 ... 3

(adaptado de MACKENZIE, 2000, p.26)

A representação contida na Figura 1, e exemplificada com o esquema em (2), revela que: (i) cada oração, ou ato de fala (E_i) contém uma proposição (X_i), que, por sua vez, contém uma predicação (e_i) e esta consiste num predicado (f_i) e seus argumentos ($x_1 \dots x_k$); (ii) a oração como um todo pode ser gramaticalmente especificada por seu estatuto ilocucionário (representado em (2) pelo operador DECL) e pode ser lexicalmente modificada pela descrição que faz o falante de seu próprio ato de fala, como, por exemplo, sendo *franco*; (iii) a verdade de uma proposição pode ser modificada gramaticalmente por um auxiliar modal, como

dever, ou, lexicalmente, por um o advérbio como *provavelmente*; (iv) a predicação, que designa um estado de coisas, pode ser temporalmente marcada por um operador ou por um advérbio de tempo ou ainda por ambos os mecanismos; (v) o aspecto difere de tempo ao aplicar-se mais estreitamente ao predicado, assim como certos advérbios, como o de modo, que modificam tipicamente somente o predicado, mas não os argumentos e, certamente, não a predicação como um todo.

As camadas da oração e da proposição representam a função interpessoal de Halliday (1970), mediante a qual o falante usa a linguagem para participar ativamente do próprio evento de fala, expressando seu julgamento pessoal e sua atitude em relação à proposição e expressando um determinado ato ilocucionário, o que inclui, necessariamente, sua própria identidade social e a do interlocutor no momento da enunciação.

A camada da predicação em seus três níveis⁴ identifica-se com a função ideacional ou representacional de Halliday (1970), por meio da qual os interlocutores organizam e incorporam na língua suas experiências dos fenômenos do mundo real e suas experiências dos fenômenos do mundo interno, mental.

Esse enfoque funcional de gramática caracteriza a oração como um objeto essencialmente semântico cujas relações de escopo entre cada componente são representadas mediante esse tipo de organização em camadas. Outro objetivo central da GF é atingir adequação pragmática, de um modo tal que o componente pragmático se sobreponha ao semântico e ao sintático.

A dimensão pragmática se projeta no modelo funcional em três aspectos: em primeiro lugar, SNs e SPs são analisados como termos, ou seja, como expressões referenciais que ocupam posições de satélites e de argumentos na RS, e a referência é enfaticamente entendida como um fenômeno pragmático nos termos da máxima da quantidade de Grice (1975). Em segundo lugar, argumentos e satélites não exercem apenas funções semânticas mas podem exercer também funções sintáticas e pragmáticas: as funções sintáticas (Sujeito e Objeto) indicam a perspectiva do falante sobre o estado de coisas e as funções pragmáticas refletem o impacto das noções discursivas de topicidade e de focalidade sobre a estrutura da oração. Em terceiro lugar, a GF tende a considerar a oração como sendo, em princípio equivalente à ilocução. Desse modo, é possível

⁴ A Figura 1 resume e, portanto, oculta, na camada da predicação, a representação de três níveis: (i) o nível da predicação nuclear (nuclear predication), que consiste no predicado e seus argumentos. (ii) o nível da predicação central (core predication), que consiste na predicação nuclear estendida pelos operadores de predicado e satélites de nível 1; (iii) o nível da predicação estendida (extended predication), que consiste na predicação central estendida por operadores de predicado e por satélites de nível 2 (DIK, 1989).

caracterizar a GF como uma teoria que tem um modelo de base léxico-semântica que procura fazer justiça ao impacto, sobre a forma da oração, das intenções do falante e de sua avaliação das necessidades do ouvinte, assim como do contexto discursivo como um todo. É nesses termos que o módulo, aplicado à gramática das línguas naturais, incorpora ao sistema aspectos constitutivos do uso.

De uma gramática da sentença para uma gramática do discurso

Apesar dessa tendência à representação de componentes discursivos na RS, a versão tradicional da GF (DIK, 1989, 1997) não é capaz de ultrapassar o nível da oração para poder abranger também o nível textual-interativo. Todavia, no início dos anos 90, uma parte representativa da pesquisa em GF tem sido dirigida para a necessária expansão do modelo em direção a uma gramática do discurso.

Já em Dik (1997), é possível vislumbrar o início dessas preocupações. Para ele, com efeito, a GF procura descrever e explicar as línguas naturais humanas de uma maneira pragmática e psicologicamente adequada. Por "adequação pragmática", entende-se a maneira pela qual a descrição lingüística explica o fato de o uso das línguas estar vinculado à intenção comunicativa do falante na interação verbal. Por "adequação psicológica", entende-se o grau de compatibilidade que a descrição lingüística deve ter com o que se conhece sobre os processos mentais envolvidos na interpretação e na produção de expressões lingüísticas. As condições de adequação pragmática e psicológica podem ser resumidas, afirmando-se que uma GF deveria qualificar-se como um componente ou módulo em um modelo integrado do usuário da língua natural (doravante ULN). Juntamente com outros módulos presentes nesse modelo global, esse módulo deveria tornar claro para nós de que modo os ULNs são capazes de comunicar-se entre si por meio da interação verbal.

ULNs não falam usando sentenças ou orações isoladas, mas as combinam em períodos mais longos e mais complexos aos quais é possível atribuir o termo geral "discurso". Um discurso é mais que uma seqüência arbitrária de orações. Por isso, mesmo que dispuséssemos de uma teoria adequada da oração, essa teoria ainda deixaria muito a desejar se fosse considerada como um componente de uma teoria ampla da competência comunicativa dos ULNs. Além disso, tendo em vista que as orações, em sua estrutura interna, são sensíveis a uma grande variedade de fatores discursivos, uma teoria "ótima" da oração, ou seja, de uma sentença isolada, é simplesmente impossível (cf. DIK, 1997, p.409).

Conclui-se dessa argumentação que, se a GF for coerente com a auto-imposição de padrões de adequação, ela deveria explicar, no final, também a gramática funcional do discurso, mostrando, em outras palavras, como as orações podem ser combinadas em períodos coerentes de fala, de conversação, ou de texto escrito. É, ao mesmo tempo, evidente que esse propósito está além das pretensões de uma teoria gramatical e que, por isso, Dik (1997) procura tratar apenas de algumas noções sobre como deveria atuar uma teoria funcional do discurso.

Entende Dik (1997) que um evento discursivo pode ser subdividido em tipos diferentes de unidades de diferentes níveis hierárquicos, tanto do ponto de vista interacional ou interpessoal quanto do ponto de vista do conteúdo ou ideacional. As distinções mais relevantes acham-se expostas na Figura 2.

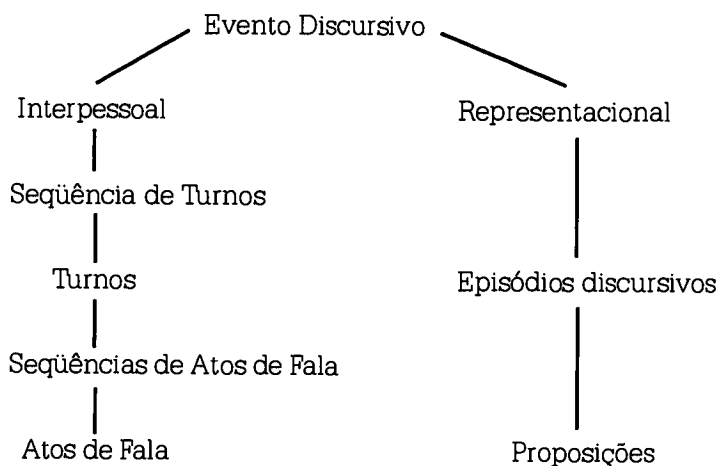


Figura 2 – Níveis hierárquicos do evento discursivo (adaptado de DIK, 1997, p.428)

As diferentes unidades dos níveis interpessoal e representacional não coincidem necessariamente de modo biunívoco. Por exemplo, em uma conversação, um certo episódio discursivo pode ser tratado como uma seqüência de turnos, na qual os interlocutores cooperam ao tratar de um dado (sub)tópico discursivo. Por outro lado, um episódio discursivo pode ser tratado em um turno de um interlocutor ou diferentes episódios podem ser tratados em um único turno. É, portanto, evidente que a estrutura da interação e a estrutura do conteúdo do discurso são parcialmente independentes.

Hengeveld (2000), por seu lado, assinala pelo menos duas motivações para a necessidade dessa expansão: em primeiro lugar, há muitos fenômenos que só podem ser explicados em termos de unidades maiores que a sentença, tais como partículas discursivas (ou marcadores discursivos), cadeias anafóricas, formas verbais narrativas etc. Em segundo lugar, há expressões menores que a sentença individual que, todavia, funcionam como enunciados independentes no fluxo discursivo.

Para dar um tratamento mais generalizado a todos os fenômenos lingüísticos, Hengeveld (2000) reconhece tanto a necessidade de aplicação de um modelo estendido de camadas, que dê conta também de unidades discursivas acima da sentença, quanto da necessidade de reconhecimento de vários níveis ou camadas de análise, o que requer um modelo de uma Gramática Funcional do Discurso (GFD) que seja simultaneamente hierárquico e modular, isto é, implique diferentes camadas e diferentes níveis de atuação, como o nível interpessoal, o nível representacional e o nível da expressão, respeitada a hierarquia das camadas.

Embora Dik (1997), como vimos, já mencione a necessidade de expandir o modelo, ele postula que as camadas sejam hierarquizadas numa perspectiva ascendente, representada pela figura 1, o que significa que o falante seleciona, primeiramente, um esquema de predicado, que é gradualmente expandido em estruturas mais abrangentes até atingir o nível ilocucionário, para então serem finalmente aplicadas as regras de expressão. Esse modelo ascendente (*bottom up model*) contraria, segundo Hengeveld (2000), o princípio de adequação psicológica, postulado pelo próprio modelo funcionalista, com base no qual o processo de produção da fala deve ser descrito como um processo descendente (*top down process*), que vai da intenção do falante à articulação fonológica. Nesse modo de ver, o falante decide primeiramente seu propósito comunicativo para depois selecionar a informação mais adequada para atingir esse propósito; em seguida, codifica essa informação em termos gramaticais e fonológicos para, finalmente, efetivar a articulação.

Em função do princípio de adequação psicológica, Hengeveld (2000) propõe um modelo descendente de GFD em que se distingam os três diferentes módulos ou níveis. A diferença entre seu modelo e o modelo anterior de GF é que, além de não ser ascendente, respeitando o princípio de adequação psicológica, ele pressupõe a existência desses três níveis, como módulos separados, e as camadas se aplicam a cada nível separadamente, de modo que cada um seja hierarquicamente organizado.

Hengeveld (2000) propõe três níveis, o nível interpessoal, o nível representacional e o nível da expressão. A unidade central do nível interpessoal

é a ação discursiva (*move*), definida como o veículo de expressão de uma única intenção comunicativa do falante, consistindo em um ato discursivo central que pode ter suporte em um ou mais atos subsidiários. Cada ato, caracterizado em termos de sua força ilocucionária, pode ser representado como esquemas ilocucionários que contêm os participantes do ato discursivo e o conteúdo comunicado, ou seja, a informação transmitida no ato discursivo.

Ao transmitir sua intenção comunicativa, o falante tem que preencher seu enunciado com um conteúdo semântico básico, isto é, com descrições de entidades conforme seu modo de existência no mundo não-lingüístico, que caracteriza o nível representacional. Essas entidades podem ser entidades de terceira ordem ou conteúdos proposicionais, entidades de segunda ordem ou estados de coisas, entidades de primeira ordem ou indivíduos e, finalmente, entidades de ordem zero, ou propriedades. Numa representação maximamente hierárquica desse nível, o conteúdo proposicional pode conter a descrição de um estado de coisas que contém, por seu lado, a descrição de uma propriedade e a de um indivíduo, conforme demonstrado na Figura 1.

O terceiro módulo, ou nível da expressão, contém tão somente unidades estruturais. A unidade máxima é uma representação do parágrafo ou episódio que, por seu lado, consiste em uma ou mais sentenças, cada uma das quais contém uma ou mais orações, que consiste em um ou mais sintagmas predicacionais e sintagmas referenciais, e cada um dos quais contém um ou mais lexemas.

A multifuncionalidade do conectivo nas camadas de representação

Dado esse panorama breve e geral da organização em camadas do modelo funcional de Dik (1997) e da expansão do modelo, tal como proposta por Hengeveld (2000), passaremos agora a ver como a multifuncionalidade do conectivo e depende da camada em que opera e como o modo de atuação desse conectivo permite comprovar a expansão do modelo de GF para um modelo de GFD.

Contrariando o princípio descendente, apenas por razões metodológicas de organização e de exposição, iniciaremos a demonstração dos casos pela camada mais baixa, a da predicação, em que o conectivo articula dois estados de coisas para chegarmos, ao final, à camada ilocucionária, ainda no nível intratoracional. Procura-se demonstrar que o caráter multifuncional do conectivo aditivo está fortemente correlacionado à organização em camadas da oração. O conectivo aditivo é empregado não só para estabelecer conjunção de conteúdos,

perfazendo a função ideacional, representada pela camada da predicação, mas também para estabelecer a conjunção epistêmica e a ilocucionária, perfazendo a função interpessoal, que se acham representadas respectivamente nas camadas da proposição e da oração.

Trataremos, em seguida, do modo como esse conectivo atua para estabelecer relações entre unidades superiores de natureza textual-interativa, representando o valor de adição na dimensão semântica e o valor de continuidade textual (SCHIFFRIN, 1987) na dimensão pragmática da linguagem.

Tomando por base a complexa rede de relações que se estabelecem entre as diversas camadas de representação subjacente (v. Figura 1), a coordenação é uma construção consistindo em dois ou mais membros que são funcionalmente equivalentes, relacionados no mesmo nível da estrutura por meio de um mecanismo de ligação (DIK, 1997, p.189). O mecanismo de ligação pode estar oculto, como nos casos de *justaposição*, ou pode estar manifesto, caso em que consiste em um ou mais *coordenadores* que servem para indicar a relação coordenativa entre os membros. O modo como se pode entender a coordenação aqui baseia-se em um trabalho de Lakoff (1971) que trata da conjunção simétrica e da conjunção assimétrica. A associação possível é que, ao juntar dois estados de coisas independentes entre si, a conjunção é simétrica; já um tipo assimétrico de conjunção articula estados de coisas temporalmente sucessivos. Considere-se o enunciado (3) como um caso de conjunção simétrica:

(3) *agora, uma escola se compõe de um...um...local em que haja condições do estudante ter aula e do professor dar a sua aula* (DID-SSA-231:368)

Cada membro da conjunção é independente do que o segue e do que o precede em qualquer parte da sentença completa. Em decorrência disso, cada membro retém sua integridade e nenhum adiciona significados ao outro, nem uma cadeia de membros precedentes torna o último ininteligível.

Observe-se agora o enunciado (4), que é um exemplo de coordenação assimétrica:

(4) *cheguei em casa, vi televisão e depois vim para cá pra pra conversar* (D2-RJ-355:87)

Na coordenação assimétrica, o conjunto é num certo sentido maior que a soma das partes. Além de encadeamento, o conjunto inclui a idéia de que cada

membro ligado leva necessariamente ao outro e que um membro não seria verdadeiro, se o que o precede não o fosse também. A irreversibilidade de (4) se baseia no princípio de iconicidade (HAIMAN, 1980) que se mostra com maior clareza em seqüências próprias dos discursos narrativos, de que (4) é um fragmento exemplar. O caso prototípico de bloqueio da reversibilidade potencial de ordem é constituído por esses fragmentos narrativos, um dos muitos modos de explorar a linearidade inerente da linguagem (SWEETSER, 1991). Há, entretanto, outros fragmentos de eventos não narrativos que ainda assim representam uma relação de anterioridade/posterioridade temporal:

(5) *então esse camarão é refogado com a cebola e põe junto a pimenta* (D2-POA-291:107)

Como esses enunciados constituem casos de conjunção de estados de coisas, a atuação do conectivo envolve apenas a camada da predicação e o falante utiliza a função representacional da linguagem. Nesse nível de atuação, o conectivo pode ser classificado como um relator. Relatores são elementos gramaticais que servem para ligar dois constituintes e/ou marcar a função de um constituinte conforme sua especificação na estrutura subjacente da oração. Podem marcar uma relação de coordenação e de dependência (DIK, 1989, p.339). No primeiro caso, os relatores, que são chamados "coordenadores", ligam dois ou mais *relata* de mesma ordem hierárquica, sem formar um constituinte com qualquer um deles. Os coordenadores pertencem à classe dos relatores. Na função de relator, o conectivo aditivo é um elemento funcionalmente muito próximo do que a gramática tradicional denomina "conjunção".

Vejam agora casos de atuação de *e* no nível textual-interativo. Nesse uso, o conectivo não mais pertence à classe dos relatores, mas à classe dos conectores ou marcadores discursivos. Os conectores são meios adicionais de criar coerência, já que exercem o papel básico de estabelecer ligação de uma nova oração, ou de porções textuais maiores, a uma ou mais orações precedentes, especificando, ao mesmo tempo, uma relação semântico-pragmática entre as duas partes.

O conector é conhecido por uma grande variedade de nomes na literatura, como por exemplo "conjunção", em Quirk et al. (1972); "marcador discursivo", em Schiffrin (1987). Por isso, Dik prefere chamá-los de "conectores"⁵ ou

⁵ O termo "conector" cobre parcialmente o recurso coesivo denominado "conjunção" por Halliday e Hasan (1973). Além da conjunção, ou conexão, os principais fatores de coesão textual, sugeridos por esses autores, são a referência, a substituição, a elipse e a coesão lexical. Diferentemente dos demais relações coesivas, a conjunção não se trata de uma relação anafórica, já que elementos conjuntivos, ou conectores, não são

“marcadores discursivos” (doravante MD). Embora a classe dos MDs ainda não apresente conceituação e classificação satisfatoriamente bem definidas, é possível notar nos vários autores que abordam o assunto a tendência de identificar neles o exercício de duas funções centrais: (i) a função de atuar na organização informacional do texto, aqui identificada como “função textual”, e (ii) a função na articulação do processo de interação verbal, aqui chamada de “função discursiva”.

Considerando, então, o modo como a coordenação representa a função interpessoal, é possível mencionar um uso muito recorrente de *e* para introduzir uma modalização proposicional de natureza subjetiva em que o próprio falante é a fonte da avaliação, ao emitir, na oração sindética, uma opinião pessoal relacionada ao estado de coisas contido na oração inicial, que se observa em (6):

(6) *bom ocorre a guerra e...nada nessa história acontece por acaso...né? se* (EF-RJ-469:210)

Também ocorre em (7) abaixo a introdução de modalidade proposicional epistêmica, mediante o uso de expressões tipicamente modalizadoras, como o verbo *achar*, que expressa o não comprometimento do falante com a verdade da oração sindética em contraste com a inicial.

(7) *eu tenho ido a :: televisão fazer uns programas...ajudar um pessoal que tem me pedido...e eu acho que a televisão é completamente diferente do que a gente assiste* (DID-SP234:181)

Outro tipo de atuação do conector *e* manifestando função interpessoal ocorre na camada ilocucionária, caso de (8):

(8) *quando é que o professor solicita respostas do aluno que exigem apenas e eu digo apenas porque é o processo mental* (EF-POA-278:55)

Compare-se (8) com o caso em (9), que trata da articulação em outro nível estrutural, ou seja, o textual, não o nível intra-oracional, embora a função seja a mesma, ou seja, a alternância entre os níveis do enunciado e da enunciação.

coesivos por si mesmos, mas indiretamente, em virtude das relações semânticas específicas que estabelecem entre as orações ou entre unidades textuais ainda maiores no interior do texto. Os elementos conjuntivos, que abrangem advérbios e locuções adverbiais, preposições e locuções prepositivas, incluem também as conjunções e locuções conjuntivas, o que implica os relatores e os conectores na visão de Dik (1997).

(9) L2: *então, faz esse refogado e põe tomate, um ou dois tomates não mais do que isso pra não fica(r) ácido e agora saíram uns, uns temperos mais, mais novos digamos assim, porquê têm dois anos mais ou menos, que é esse Puru purê, então, de uma a duas colheres de Puru purê ou senão de Ketchup (Quetchââ) também, uma ou duas colheres, ou um ou outro, aí põe o camarão naquele refogado, rapidamente, só mexe o camarão depois dele limpo (...)*

Em (9), L2 está descrevendo o modo de preparar um prato, camarão com queijo. Para descrever o momento de acrescentar tempero à receita, L2 faz um parêntese para abrir um subtópico, apresentando um novo tempero, o “Puru purê”, que ele pressupõe ser desconhecido de seu interlocutor. Podemos notar que L2 introduz o parêntese com *e* e retorna à descrição de sua receita com *então*. Esse comportamento de *e* distingue duas unidades textuais distintas no discurso do interlocutor, em que a unidade introduzida pelo conectivo funciona como uma espécie de parentetização adjunta à predicação principal. Nesse tipo de ocorrência, por outro lado, o trecho que o falante toma como desconhecido por seu interlocutor é focalizado por *e*, o que evidencia, também aí, a simultaneidade das funções textual e discursiva.

Uma vez mais o que se vê não é coordenação de estados de coisas, conforme a função mais trivial do aditivo; o que se faz é introduzir uma oração em que se acentua alguma informação, abandonando-se, simultaneamente, a dimensão do enunciado em favor da dimensão da enunciação. Esse limite é marcado pelo uso do conectivo. Os enunciados (8) e (9) ilustram claramente um mecanismo empregado para retornar ao momento da enunciação, observável particularmente no caráter metalingüístico da oração introduzida por *e*.

A atuação inter-oracional mais recorrente de *e* parece ser a de viabilizar a expansão textual. É um uso do conector *e* ainda muito ligado à sua atuação como relator aditivo. Enquanto relator, *e* adiciona um termo a outro dentro de uma oração ou uma oração a outra dentro de um período complexo. No entanto, o conectivo pode ligar uma oração, não necessariamente a outras unidades gramaticalmente equivalentes, mas a todo o bloco textual precedente. Esse comportamento de *e* foi observado principalmente nas narrativas de experiência pessoal, em que um locutor é convidado pelo documentador a narrar um episódio marcante de sua vida. Observemos uma narrativa em que o *e* exerce a função de expansão textual:

(10)

1. *Inf.: bom éh :: a situaçu dididi pirigu mais recenti... fo :: i quandu eu tava viajanu...*

2. *eu dô aula fora também...*
3. *i :: já tava iscuru era umas oitu horas da noiti mais ou menus...*
4. *i :: u carru qui tava na minha frenti...*
5. *era uma pista dupla a gente tava ultrapassanu um caminhão...*
6. *éh :: i :: ne/nessi pontu da rodovia tinha um postu di gasolina i uma pessoa tava atravessanu...aa pista*
7. *i :: mas era iscuru...*
8. *i :: comu a genti tava ultrapassanu u caminhão...*
9. *Doc.: Uhun*
10. *Inf.: u carru qui tava na minha frenti...éh :: atropelô... essa pessoa...*
11. *i :: só qui eu num vi...nada purqui tava iscuru divia tá uns ::...sei lá uns :: cinqüenta metrus atrais...*
12. *i :: eu num NA :: da*
13. *eu só vi qui u carru da frenti começô brecá...vi a luz de freiu acendunu...*
14. *Doc.: Uhum*
15. *Inf.: i eu já diminuí a velocidadi... (narrativas de experiência pessoa (1), CorpusSJR)*

Nessa narrativa, o informante conta um episódio em que, dirigindo um carro por uma rodovia, quase passou por cima de uma pessoa caída na pista que havia sido atropelada por um carro a sua frente. Como em qualquer narração cotidiana, uma série de acontecimentos vai sendo encadeada numa seqüência cronologicamente organizada para a construção da história final. Dentre os vários recursos lingüísticos utilizados para o encadeamento das ações, o uso do conectivo *e* é um dos mais característicos.

Nesse fragmento narrativo, podemos observar diversas ocorrências do conector desempenhando essa função (casos em que *e* aparece em **negrito**). Nessas ocorrências, *e* é utilizado ou para adicionar um novo fato à seqüência narrativa ou para acrescentar alguma informação de fundo (a parte descritiva, manifestada pelo uso de verbos no pretérito imperfeito, dentro de uma narrativa, desenvolvida pelos verbos no pretérito perfeito) necessária à compreensão do contexto situacional em que se dão os fatos narrados.

A função desse tipo de ocorrência de *e* parece não ser a de ligar à oração imediatamente anterior, num nível local, a oração que introduz, mas a de ligar a todo o bloco textual precedente, num nível global, a oração que introduz. O enunciado introduzido pelo conectivo vai constituir mais uma das muitas

informações necessárias à construção da informação textual global, não propriamente à organização local do conteúdo informacional de um período. Por isso, parece pertinente encarar esse tipo de ocorrência de *e* não como relator, mas como conector, atuando como mecanismo de expansão textual.

A diferença em relação à função de expansão textual, na constituição de estruturas representacionais, é que, nesse caso, *e* opera principalmente na construção e na organização do conteúdo informacional do texto, enquanto, no uso discursivo, *e* atua na orientação da interação verbal, funções que Dik (1997) atribui também à classe dos conectores. De qualquer forma, os dois casos diferem consideravelmente do *e* relator, sobretudo quanto ao uso discursivo, momento em que o conectivo mais se afasta de seu comportamento de relator coordenador. Trata-se, na verdade, de duas diferentes funções dos conectores ou MDs, aqui identificadas como função textual (domínio ideacional) e como função discursiva (domínio interpessoal).

Quanto ao nível estrutural de atuação do *e* com papel discursivo, nem todo caso ocorre no nível da sentença. Nos processos de introdução de tópico ou subtópico discursivo e de assalto a turno conversacional, por exemplo, que desempenham importantes funções pragmáticas, o conector atua num nível estruturalmente superior ao sentencial. O que determina, portanto, a passagem de relator a conector é sua atuação no nível textual-interativo. Vejamos o exemplo (11) que ilustra um procedimento de assalto a turno conversacional e manutenção de turno.

(11)

1. L1 *a p/ a p/ é...a programação havia sido planejada mas não deu certo...*
((risos))
2. L2 *filhos da pílula não?* ((risos))
3. L1 *não...* ((risos))
4. L2 *nem da tabela?* ((risos))
5. L1 *não justamente porque a tabela não :: deu certo é que :: ((risos)) vieram ao acaso*
6. L2 *ahn ahn*
7. L1 *e :: nós havíamos programado Nove ou dez filhos...não é?*
|
8. L2 *(nossa que chique)*
9. L1 *então*

10. L2 *a sua família é grande?*

11. L1 *nós somos :: seis filhos*

12. L2 *e a do marido?*

|

13. L1 *e a do marido...eram doze agora são onze...*

14. L2 *ahn ahn*

(11) é um exemplo muito interessante porque contém e utilizado tanto como estratégia de manutenção de turno (fala de L1) quanto como estratégia de assalto a turno (fala de L2). Podemos notar que o *e* de L1 da linha 7 é prosodicamente alongado. Ora, como o conector é uma forma de assinalar que algo ainda está para ser dito, conforme observamos acima, e como a pausa é evidentemente indicadora de que o falante está pensando o que vai falar, esse *e* de L1 (pronunciado como *e::*), certamente desempenha a função discursiva de manutenção do turno conversacional.

O *e* da linha 12, por outro lado, constitui mecanismo de assalto a turno. Na linha 12, L2 sobrepõe sua fala à de L1 (o que configura o assalto ao turno) para expandir a informação obtida com a pergunta da linha 10. Esse comportamento de *e*, aliás, é muito comum, ou seja, o uso do conector para introduzir as perguntas numa série de pares adjacentes do tipo pergunta-resposta. O emprego de *e* nesse esquema tem justamente o efeito de produzir um *continuum*, em que cada pergunta está relacionada à anterior, sendo uma continuação dela.

Também o envolvimento de *e* nessas disputas de turno é possibilitado pelo seu valor semântico fundamentalmente aditivo. No caso da manutenção de turno, é bastante clara essa relação. No caso da estratégia de assalto a turno, esse valor semântico parece menos evidente, mas também aí ele está presente e é muito produtivo. Como o *e* conserva o valor de continuação, ao usá-lo para assaltar o turno, o falante está sugerindo sua fala como uma continuação e, até mesmo, como uma contribuição à fala do seu interlocutor. Trata-se, portanto, de uma forma de "justificar" o assalto ao turno.

Considerações finais

Assumiu-se aqui um compromisso teórico com a GF de Dik (1989, 1997). Como se viu, esse modelo funcional enfoca não só as regras que governam a constituição das expressões lingüísticas, mas também as que governam os

padrões de interação verbal nos quais essas expressões lingüísticas são usadas. Em outros termos, não apenas não se aborda a linguagem exclusivamente do ponto de vista da função representacional, mas ainda se privilegia o enfoque da linguagem da perspectiva de sua função interpessoal.

O uso de *e* nas diferentes camadas de representação, propostas por Dik (1997) e reatualizadas por Hengeveld (2000), mostra que esse conectivo configura, por definição, um caso de ambigüidade pragmática (SWEETSER, 1991), expressão que sugere haver uma única forma fonológica em que se alojam pelo menos três diferentes lexemas, conforme se aplique o conectivo à camada da predicação (nível representacional) e à camada da oração (nível interpessoal). Se avançarmos para além do nível intra-oracional, essa multifuncionalidade se amplia ainda mais, estendendo-se também para a conjunção de unidades discursivas no nível textual-interativo; assim, além de uma função de relator coordenador propriamente dito, configura-se uma função de conector ou de marcador discursivo, sem deixar de preservar o mesmo valor fundamental de adição.

Quanto ao estatuto funcional, incluindo os níveis sentencial e textual-interativo como um todo, o conectivo aditivo funciona como um relator coordenador, efetuando tanto a coordenação de termos, de que não tratamos aqui (ver CAMACHO, 1999), quanto à coordenação de orações (uso referente à "conjunção aditiva" reconhecida pela Gramática Tradicional); no nível textual-interativo, *e* assume o comportamento de conector, nos termos propostos por Dik (1997), estabelecendo relações textuais *e/ou* interacionais. De qualquer forma, independentemente do contexto e do nível em que seja utilizado pelos interlocutores, o conectivo *e*, seja relator, seja conector, preserva cognitivamente, em qualquer ocorrência, um mesmo valor fundamental de adição, daí também se aplicar a ele o princípio de ambigüidade pragmática.

Essa permeabilidade por diferentes camadas e o exercício pelo falante das funções representacional e interpessoal mostram ainda que a multiplicidade de valores é parte constituinte da economia das línguas naturais humanas e, por isso mesmo, um caso bem definido de comprovação de que de gramáticas sentenciais devem expandir-se para incorporar procedimentos textual-discursivos.

CAMACHO, R. G.; PENHAVEL, E. Multi-functional use and levels of analysis: the interface between grammar and discourse. **Revista do GEL**, São Paulo, v.1, n.1, p.101-121, 2003.

□ **ABSTRACT:** *The additive connector is used not only to establish content conjunction relation, playing the ideational function, which is represented by the predicational layer, but also to establish epistemic and illocutionary conjunction, playing the interpersonal function, which is represented in the Theory of Functional Grammar (DIK, 1989, 1997) by the propositional and phrasal layers. In addition to the intra-clause level, the connector also acts on the textual-interactive one. On the one hand, this paper aims to show that FG's theoretical framework is capable of accounting for the principle of multi-functionality which is detected in the language use and, on the other, it vindicates the claim that sentence grammars, including FG, should be extended to text grammars.*

□ **KEYWORDS:** *Coordination; additive connector; ideational function; interpersonal function; functional grammar.*

Referências

- CAMACHO, R. G. Estruturas coordenadas aditivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo, Campinas: Humanitas-FFLCH/USP, Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1999. v.7. p.351-406.
- CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistic theory**. Cambridge: Blackwell, 1996.
- CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Coimbra: Arménio Amado, 1975.
- DIK, S. **The theory of functional grammar: the structure of the clause**. Dordrecht: Foris, 1989. pte.1.
- _____. **The theory of functional grammar: complex and derived constructions**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997. pte.2.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Eds.). **Speech acts**. New York: Academic Press, 1975. v.3, p.41-58.
- HAIMAN, J. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. **Language**, Baltimore, v.56, p.515-540, 1980.
- HALLIDAY, M. A. K. Language structure and language function. In: LYONS, J. (Ed.). **New horizons in linguistics**. Harmondsworth: Penguin Books, 1970. p.140-165.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in spoken and written English**. Londres: Longman, 1973.

- HENGEVELD, K. **The architecture of a Functional Discourse Grammar**. (Preliminary version) versão não publicada. Amsterdam, 2000.
- JOOS, M. **Readings in Linguistics I: The development of descriptive Linguistics in America. 1925-56**. Chicago, London: University of Chicago Press, 1957.
- LAKOFF, R. If's and's and but's about conjunction. In: FILLMORE, Ch.; LANGENDOEN, D. T. (Eds.). **Studies in linguistic semantics**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971. p.114-149.
- MACKENZIE, J. L. First things first: towards an incremental Functional Grammar. **Acta Linguistica Hafniensia**, Copenhagen, v.32, p.23-44, 2000.
- MAINGUENEAU, D. L'unité de la linguistique. **DELTA**, São Paulo, v.6, n.2, p.127-138, 1990.
- MATTHIESSEN, Ch.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Eds.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.
- PENHAVEL, E. **Funções textuais e discursivas do conector aditivo**. Relatório final de Iniciação Científica (FAPESP-Proc.01/12077-0). São Paulo, 2002.
- QUIRK, R. et. al. **A grammar of contemporary English**. London: Longmans, 1972.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- SCHIFFRIN, D. **Discourse markers**. Cambridge: University Press, 1987.
- SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.